

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESCA ARTESANAL REALIZADA NO BRASIL À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO¹

Luísa Gonçalo Dai Prá²
Adriana D'Agostini³

Resumo

Estamos submetidos a um modo de produção orientado a mais-valia, que continua a expropriar os conhecimentos tradicionais dos trabalhadores, inclusive as comunidades de pescadores artesanais ao longo da costa brasileira, impactadas por conflitos socioambientais que vêm se acentuando nos últimos anos. O objetivo deste texto é discutir os impactos que as expropriações possuem sobre os trabalhadores envolvidos com a pesca artesanal e a relevância e os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais. O artigo é fruto de pesquisa teórica realizada para o TCC sobre a temática.

Palavra-chave: Conflitos socioambientais; Pescadores artesanais; Precarização do trabalho.

CONSIDERACIONES SOBRE LA PESCA ARTESANAL REALIZADA EN BRASIL A LA LUZ DEL MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉCTICO

Resumen

Bajo un modo de producción orientado al valor que expropia el conocimiento tradicional de los trabajadores, las comunidades de pescadores artesanales a lo largo de la costa brasileña sufren los conflictos socioambientales que han ido en aumento en los últimos años. El objetivo de este texto es discutir los impactos que las expropiaciones tienen sobre los trabajadores involucrados en la pesca artesanal y la relevancia y los desafíos contemporáneos de la formación de una conciencia de clase entre los pescadores artesanales. El artículo es resultado de una investigación teórica realizada para el TCC sobre el tema.

Palabra clave: Conflictos socioambientales; Pescadores artesanales; Trabajo precario.

CONSIDERATIONS ABOUT ARTISANAL FISHING CARRIED OUT IN BRAZIL IN THE LIGHT OF HISTORICAL-DIALECTIC MATERIALISM

Abstract

Under a value-oriented production mode that expropriates workers' traditional knowledge, artisanal fishing communities along the Brazilian coast suffer from the socio-environmental conflicts that have been increasing in recent years. The aim of this text is to discuss the impacts that expropriations have on workers involved in artisanal fishing and the relevance and contemporary challenges of forming class consciousness among artisanal fishermen. This article results from a theoretical research developed as part of an undergraduate thesis.

Keyword: Socio-environmental conflicts; Artisanal fishermen; Precarious work.

¹ Artigo recebido em 05/07/2023. Primeira Avaliação em 06/08/2023. Segunda Avaliação em 16/07/2023. Aprovado em 06/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59092>.

² Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil. E-mail: daipraluisa3@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6249192402507122>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8025-2782>.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (2009). Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil.

E-mail: d.agostini@ufsc.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5137757620645835>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-4198>.

Introdução

Numa tarde de inverno, imersos até a cintura ou até o peito nas águas frias de Laguna (SC), um grupo de pescadores aguarda o momento certo com equipamentos em mãos. Fora d'água, outros pescadores limpam ou vendem os peixes enquanto esperam sua vez de ocupar os espaços no mar. O encontro entre os botos-da-tainha e os pescadores caracteriza um momento de mudança de movimentos e sensações entre os trabalhadores do local, que agora engajam-se com os animais em uma pesca cooperativa que beneficiará ambos (CATÃO E BARBOSA, 2018).

O trabalho desses pescadores artesanais se efetiva no mundo exterior sensível, na natureza, sem que nada poderia ser produzido. Além de ser a matéria por meio da qual o trabalho se efetiva e existe, também é a natureza que garante os meios de subsistência física dos trabalhadores. Afinal, dela são extraídos os alimentos, vestimentas, ferramentas etc. Os seres humanos⁴ são parte da natureza, que nas palavras de Marx (2010, p. 84), é “o corpo inorgânico do homem”, e devem permanecer em contínua interação com ela para que não pereçam. Entretanto, segundo Antunes (2009), num contexto de crise estrutural do capital, expressa principalmente no neoliberalismo e numa reestruturação produtiva, essa relação metabólica existente entre ser humano e natureza é alterada. Dentre as consequências dessa alteração estão um aumento na quantidade de trabalhadores sem emprego, ou em condições precarizadas de trabalho.

A pesca artesanal, objeto de estudo do presente artigo - resultado de parte de uma pesquisa realizada como trabalho de conclusão de curso⁵ - existe há milhares de anos e ocupa um espaço essencial na vida de populações costeiras e ribeirinhas. De acordo com dados do Registro Geral da Pesca (RGP) da Secretaria de Aquicultura e Pesca, existem no Brasil aproximadamente 1 milhão de pescadores e pescadoras artesanais profissionais (BRASIL, 2023). É por meio da utilização de embarcações pequenas ou médias, ou de outras técnicas de menor escala, que os trabalhadores obtêm os recursos pesqueiros; estes podem ser consumidos pela comunidade ou vendidos (DOS SANTOS et al., 2012).

⁴ Substituímos o termo ‘homem’ utilizado pelos autores na tradução original em português pela palavra ‘ser humano’ ao longo do trabalho.

⁵ O objetivo geral do TCC mencionado foi analisar os aspectos levantados pelos pescadores artesanais de uma comunidade pesqueira do Ribeirão da Ilha (Florianópolis – SC) em relação às suas percepções quanto ao próprio trabalho e ao ambiente no qual estão inseridos. Neste artigo estão contidos os tópicos abordados na discussão teórica do TCC.

Os espaços marítimos são marcados por fluidez, tanto no que diz respeito à dinâmica das águas, quanto no que toca os organismos marinhos, com seus distintos ciclos de vida, padrões migratórios, eventos reprodutivos e sua própria interação com o meio (DIEGUES, 1999). Isso explica em partes os diferentes contornos técnicos e sociais que esta prática pode assumir ao longo da costa brasileira, também influenciados pelo contexto sócio-histórico das diferentes regiões.

Mas não são apenas características geográficas, sociais ou culturais que demarcam diferenças ou mudanças no trabalho pesqueiro. O setor vem sendo profundamente transformado pela tecnologia, com a incorporação de motores nas embarcações e a introdução de materiais feitos de plástico, por exemplo (CAPELLESSO, 2010). Mais recentemente, técnicas como o uso de GPS (sigla em inglês para Sistema de Posicionamento Global) na navegação também passaram a ser incentivadas (FLORIANÓPOLIS, 2017).

Ressaltamos, porém, que a introdução de novos aportes tecnológicos não deve ser considerada dissociada (como uma forma de desenvolvimento autônomo) da penetração de relações capitalistas no setor pesqueiro, as quais expropriam de maneira direta ou indireta as comunidades que dependem do mar. Essas relações capitalistas ocasionam conflitos característicos dos diferentes modos de apropriação entre uma pesca realizada em menor escala e uma pesca industrial (DIEGUES, 1999) orientada ao lucro e, por isso, destrutiva tanto para a massa de trabalhadores explorados quanto para os ecossistemas nos quais se realiza.

Diante desses eventos, a pesca artesanal enfrenta dificuldades em sua manutenção. Os conflitos socioambientais são presentes na realidade desses trabalhadores e estão relacionados a diversos fatores como a competição com grandes indústrias pesqueiras dotadas de maior tecnologia e que conseguem cobrar menores preços pelas mercadorias, alterações ambientais que acarretam maior impacto na pesca artesanal, como a diminuição ou o desaparecimento de recursos pesqueiros e uma maior poluição das águas, o abandono das práticas de pesca artesanal pelos trabalhadores mais jovens e a dificuldade dos trabalhadores mais velhos permanecerem na profissão (CAPELLESSO E CAZELLA, 2011; HÜBNER et al., 2021). O impacto de atividades econômicas hegemônicas na produção da vida material e, acrescentamos, vida cultural desses trabalhadores ameaça a reprodução social da pesca artesanal (WALTER et al., 2018).

Tendo essa contextualização em vista e apoiado no método materialista histórico-dialético, o presente estudo objetivou discutir a questão da centralidade do trabalho na sociedade capitalista, bem como os impactos que as expropriações possuem sobre os trabalhadores envolvidos com a pesca artesanal e a relevância e os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais. Cada seção deste artigo, portanto, organiza-se de forma a aprofundar cada um desses objetos de discussão.

A centralidade do trabalho

Pescar é um ofício, mas também uma arte. Que o digam os homens que passam a vida no mar, atrás de cardumes – que têm, como os pescadores, as suas artimanhas. Maurici Severo Martins, o Bahia, 66 anos, diz que a tainha é mais inteligente do que intui o senso comum e que se uma estratégia for mal planejada o peixe foge, escapa por baixo das redes, busca saídas que nem um grande grupo de embarcações consegue bloquear. Ele herdou do pai o talento para observar o movimento da tainha ao largo e sua aproximação da costa, alertando os companheiros de que é hora de cercar os peixes (SILVA E SCHMITZ, 2018; p. 44).

No trecho acima, retirado do livro *Rancho de pescador na ilha de Santa Catarina* (2018), podemos observar como a atividade pesqueira requer de seus trabalhadores certas habilidades e estratégias. No caso da pesca da tainha, uma organização coletiva entre os pescadores é essencial para garantir o sucesso da empreitada. Assim, por meio do trabalho, os seres humanos são transformados - desenvolvendo novas técnicas ou equipamentos mais eficientes para pescar a tainha - ao mesmo tempo em que transformam o meio no qual estão inseridos - pois os peixes também ficam mais sensíveis aos movimentos dos barcos e dos pescadores.

Para o filósofo húngaro Lukács (2013), o trabalho é uma atividade teleológica, pois através dele os seres humanos agem conscientemente (tratando-se, portanto, de uma atividade autogovernada) visando um fim (portanto teleologicamente). Ainda sobre o caso da pesca da tainha, para atingir um fim concreto - que nesse caso é a captura do peixe -, os pescadores devem planejar cada movimento com antecedência e repetidamente conferir seus atos e planos de forma consciente e crítica.

Partindo de uma perspectiva ontológica, o trabalho representa o salto de um ser humano puramente biológico para um ser social, estando, portanto, no centro do processo de humanização. Linguagem, religião, arte, sociabilidade etc., encontram sua origem no trabalho - no ato de trabalhar -, e, dessa forma, já possuem, por natureza, um caráter social. Nesse emaranhado de formas complexas da práxis

social, constituídas como prolongamento e pura derivação, o trabalho é a forma fundamental e o ato laborativo sua base originária (LUKÁCS, 2013).

Anteriormente, outros autores já se preocupavam com essa temática. Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2018), ao tratarem sobre a inseparabilidade do mundo da natureza do mundo dos humanos, abordam como é impossível conceber a espécie humana sem a natureza e como os seres humanos interagem com a natureza de forma mediada, por meio do trabalho. Ao transformarem a natureza com a finalidade de satisfazerem suas necessidades, que são socialmente determinadas, os seres humanos produzem os pressupostos de sua existência. Esse modo particular de relacionar-se entre si e produzir os pressupostos da sua existência social também acaba produzindo um modo determinado de vida social.

Cada modo de produção apresenta racionalidade própria de acordo com os objetivos adequados a sua reprodução social. Assim, conseqüentemente, também determina uma maneira específica de relacionar-se com a natureza, desde a forma até a finalidade da utilização dos recursos. Essas práticas, quando socialmente consolidadas, também geram percepções e comportamentos distintos frente ao restante da natureza (DIEGUES, 1983).

No modo de produção capitalista, a dinâmica de reprodução do capital depende de condições sociais (relações humanas) que sustentam todo esse processo. No entanto, a dinâmica do capital apresenta-se fetichizada por uma aparente independência da economia, com conseqüente valorização das relações entre coisas (entre elas o próprio capital e sua acumulação) em detrimento das relações humanas. Demonstrar o fetiche é importante para evidenciar que essas relações entre coisas, na verdade, dependem das relações sociais (FONTES, 2010).

Quando levamos em consideração os pescadores, estes podem ser encontrados em diversas situações, que também podem traduzir-se em diferentes atitudes e mentalidades frente ao oceano. Esses pescadores podem estar vinculados a uma empresa de pesca capitalista onde, apesar de possuírem seus próprios equipamentos, encontram-se numa relação de trabalho assalariado na qual todos os produtos de seu trabalho são direcionados ao capitalista. Podem ser donos de seu próprio equipamento e vender os excedentes de seu trabalho para mercados, restaurantes, empresas ou atravessadores, estando nesse caso imersos em relações capitalistas e sujeitos às pressões do mercado. Podem ainda atuar como pescadores

no barco de um capitalista em uma relação de trabalho assalariado, não sendo donos de nenhum equipamento, e estando inseridos em um formato de pesca que frequentemente leva ao esgotamento dos estoques pesqueiros. Além disso, podem pescar para consumo próprio, da família e também de uma comunidade, baseando suas organizações de pesca de acordo com o ciclo reprodutivo das espécies de interesse (DIEGUES, 1983).

O quadro apresentado por Diegues (1983) se complexificou nos últimos anos com o avanço da aquicultura, enquanto setor de exploração capitalista. O trabalho de Schneider (2022), tendo por base o edital de financiamento All-Atlantic Ocean Research Alliance Flagship, discutiu criticamente as estratégias de promoção – via órgãos públicos e privados - da aquicultura no Oceano Atlântico. Essas novas políticas de financiamento possuem implicações diretas e indiretas para a pesca artesanal realizada no Brasil, na medida em que esses pescadores artesanais agora também são incentivados a trabalharem no setor de aquicultura. Contraditoriamente, o capitalismo contemporâneo em toda sua complexidade ainda expropria as práticas pré-capitalistas, como a pesca artesanal, o que Oliveira (2003) chamaria de desenvolvimento desigual e combinado.

Em resposta às representações e teorias que visualizam o fim do trabalho e o reino do tempo livre, o fim da ideologia, entre outras formas de fetichização, Antunes (2009) desenvolve um quadro analítico que ressalta a vigência do modo de produção capitalista - com sua lógica competitiva e destrutiva - e que visa apresentar a centralidade e os sentidos do trabalho nessa sociedade. O capitalismo não consegue existir sem a classe trabalhadora, pois necessita apropriar-se de trabalho excedente não pago para garantir sua expansão e manutenção (é preciso lembrar que toda riqueza social é fruto do trabalho). Portanto, pensar o fim do trabalho na sociedade capitalista – e em qualquer forma de sociedade - é um grande equívoco.

Ao refletir sobre as mudanças históricas que ocorreram – e continuam ocorrendo – na conformação da classe trabalhadora desde os tempos de estudo de Marx, Antunes (2009) propõe o termo ‘classe-que-vive-do-trabalho’ como um alongamento do conceito de classe trabalhadora, a fim de abarcar as formas contemporâneas de trabalho, enfatizando seu sentido atual. Esse conceito foi alvo de intensas polêmicas, relacionadas principalmente a conformação das palavras (afinal, capitalistas também vivem do trabalho, mesmo que da exploração dele), no entanto,

concordamos com Mattos (2013, p. 89) quando este ressalta que sua importância “transcende em muito tal polêmica formal” pois ressalta a validade analítica e atualidade do conceito marxiano de classe trabalhadora.

Para que haja a perpetuação da dinâmica de reprodução do capital, se faz necessário um aumento crescente de trabalhadores disponíveis (através de necessidades subjetivas e objetivas) para vender sua força de trabalho sob quaisquer condições. Essa massa de trabalhadores constitui a base social do capital e todo o excedente que existe em uma sociedade capitalista provém desse trabalho humano (FONTES, 2010).

No que diz respeito aos pescadores artesanais, Diegues, em sua obra *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar* (1983), traça um panorama histórico interessante sobre as especificidades da conformação de uma classe de pescadores, ressaltando como uma análise sobre esse setor requer considerações específicas. A pesca é uma atividade econômica muito influenciada por parâmetros não passíveis de serem controlados por humanos, como o regime de marés, as correntes marítimas e a movimentação dos organismos marinhos, por exemplo. E, apesar das tentativas passadas e atuais de adequar os ciclos biológicos das espécies de interesse ao capital, na pesca marítima e costeira esses parâmetros ainda têm reflexo imediato no processo de captura de pescado e no relacionamento entre as diversas pessoas envolvidas nessa cadeia produtiva (DIEGUES, 1983).

No Brasil, a pesca artesanal se origina com as tradições indígenas anteriores à chegada dos colonizadores europeus e seu desenvolvimento histórico se dá a partir de interações, quase nunca pacíficas, entre os povos indígenas, povos europeus e os povos africanos trazidos à força para o Brasil. Esses fatores contribuíram para o surgimento das diversas culturas litorâneas relacionadas à atividade pesqueira. Com exceção das grandes cidades, até a década de 1930, a pesca no Brasil era majoritariamente realizada em pequena escala e as comunidades de pescadores artesanais ao longo da costa brasileira pescavam em complementaridade à agricultura. Desde então, mudanças graduais e substanciais vêm ocorrendo nesse setor, desde o surgimento de empresas de pesca e o recrutamento de pescadores artesanais para atuar em verdadeiros barcos-fábrica em alto mar, até a incorporação de tecnologias nas diversas modalidades de pesca. É essencial que essas mudanças sejam compreendidas historicamente, levando-se em conta o processo de expansão

do capital e a dominância de uma forma intensiva de pesca sobre outra menos intensiva (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 1999).

A pesca artesanal no contexto de expansão capitalista – as expropriações

Nessa seção pretendemos trazer elementos para o debate sobre a precarização do trabalho na pesca num contexto de expansão capitalista. Para isso, procuramos estabelecer um diálogo, principalmente, entre os textos produzidos por Fontes (2010) e Diegues (1983). Acreditamos que esses escritos são complementares para a nossa pesquisa e essenciais para a compreensão das formas de expropriação originária e contemporâneas, sem perdermos de vista as especificidades da pesca artesanal no contexto brasileiro.

Nos diversos países em que é realizada, a pesca artesanal desempenha um papel essencial ao garantir a sobrevivência de populações ribeirinhas e costeiras. Esse formato de pesca apresenta relevância social, tanto local, quanto regional. No entanto, ao redor do planeta, as políticas relacionadas à pesca tradicionalmente incentivam as grandes empresas pesqueiras em detrimento dos pescadores artesanais. Os privilégios concedidos a essas formas mais intensivas de pesca, ocasionam problemas socioambientais como a sobrepesca e a precarização do trabalho dos pescadores (DOS SANTOS et al., 2012).

Embora a pesca empresarial capitalista encontre espaço para crescimento e desenvolvimento privilegiados no modo de produção capitalista, isso não quer dizer que ela exista de maneira isolada da pesca artesanal. Diegues (1983) demonstra como, na verdade, atualmente, essas duas formas de pesca coexistem e estão articuladas em uma relação de dependência e dominância; cada uma delas possui características distintas de reprodução social e ciclos de produção também diferentes, no entanto é o ciclo de reprodução do capital que dita o ritmo de produção do sistema no geral.

Devido ao fato de os recursos financeiros serem majoritariamente destinados à pesca industrial e os meios de produção também estarem ali concentrados, a pesca artesanal acaba ocupando uma posição de subordinação, tanto pelo fornecimento de trabalhadores quanto pelo fornecimento de mercadorias às empresas. Essa subordinação também se dá através das diversas formas de financiamento das

empresas capitalistas para a pesca artesanal - apetrechos, dinheiro, embarcações, entre outros (DIEGUES, 1983).

No capitalismo, o pescado é transformado em mercadoria e, conforme discutido anteriormente, isso modifica a percepção dos trabalhadores sobre os recursos e o ambiente marinho. Com a prevalência de discursos individualistas e competitivos, a manutenção de uma solidariedade grupal, antes existente nas comunidades de pescadores, encontra dificuldades em sua manutenção. Se o sucesso de uma empreitada na pescaria agora depende da pressa e do tempo dedicados à captura de recursos, os pescadores artesanais, em muitos casos, passam a viver e reproduzir socialmente sua existência na pesca com o objetivo final sendo o mercado capitalista (DIEGUES, 1983).

A partir do que foi mencionado acima, é importante destacar como a dominância de uma produção pesqueira capitalista arruína não somente a saúde física dos trabalhadores envolvidos como também enfraquece o vínculo existente entre seres humanos e oceanos. A separação dos pescadores de seus instrumentos de trabalho significou, entre outras coisas, uma expropriação progressiva dos conhecimentos desses trabalhadores, tanto no que diz respeito à técnica e aos equipamentos utilizados na pesca quanto aos conhecimentos ambientais necessários para realização da captura (DIEGUES, 1983).

Uma discussão original acerca do tema das expropriações pode ser encontrada no livro *Brasil e o Capital-Imperialismo* (2010) de autoria de Virgínia Fontes. Os elementos trazidos pela autora são essenciais para complementar o que foi produzido por Diegues (1983) em relação aos pescadores artesanais. Para a autora, as expropriações são resultado, dentre outros fatores, de uma concentração de capitais sob a forma monetária. A produção capitalista, apesar de fetichizada e disfarçada de atividades meramente econômicas, não se limita puramente à produção e valorização do capital, mas sim, também envolve todo o conjunto de reprodução da existência social (FONTES, 2010).

Ainda segundo a autora, para que o conjunto da existência social seja subordinado ao capital é preciso que os trabalhadores sejam expropriados e separados de suas condições sociais de produção. As expropriações constituem um processo histórico que disponibiliza, de forma crescente, uma massa de trabalhadores ao capital – e é essa massa de trabalhadores que constitui sua base social.

Outro termo essencial para a compreensão dos processos que atravessam os pescadores artesanais na atualidade é a subsunção real do trabalho ao capital⁶. Nas palavras de Fontes (2010):

A subsunção real significa que o capital tende a subordinar, definir, circunscrever a atividade mais propriamente humana – o trabalho – sob qualquer modalidade concreta que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício, modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital (FONTES, 2010, p. 43).

As relações sociais no capitalismo repousam sobre uma expropriação originária dos trabalhadores e exigem em escala sempre crescente a conservação e reprodução de uma população que necessita integrar-se ao mercado, de forma completa ou parcial, para conseguir subsistir (FONTES, 2010). No que diz respeito aos pescadores artesanais, queremos reforçar com base nos autores já citados, como as formas de expropriações contemporâneas incidem sobre direitos, sobre o uso do ambiente (das praias e dos mares), sobre as relações familiares e comunais, sobre os conhecimentos acerca das espécies locais e do regime de marés, sobre aspectos ideológicos, sobre aspectos históricos e culturais, entre outros.

Uma questão interessante acerca dos processos de expropriação pelos quais passam os pescadores artesanais é o desenvolvimento tecnológico. As transformações técnicas, quando consideradas imbricadas e associadas ao modo de produção capitalista, acentuam esses processos de expropriação. No momento em que os pescadores são separados de seus meios de produção, inicia-se um processo de perda do controle sobre seus próprios processos de trabalho (DIEGUES, 1983).

O desenvolvimento tecnológico - que ocorreu e continua ocorrendo tanto no processo de captura de recursos quanto na industrialização das empresas (com o desenvolvimento de novas formas de refrigeração e armazenamento do pescado) -

⁶ Importante ressaltar que, “A subsunção real ocorre quando as múltiplas atividades de trabalho, em toda a sua extrema variedade concreta, passam a ser definidas duplamente pela relação social capitalista: em primeiro lugar, pela aparente naturalidade que reveste a necessidade dos trabalhadores (os agentes reais e concretos de qualquer processo produtivo) de venderem sua força de trabalho ou sua atividade produtiva no mercado, sob variadas condições, uma vez que dependem integralmente do acesso ao mercado para sua existência. Em segundo lugar, pelo fato de que passa a ser o capital, ou a lógica capitalista socialmente dominante, que determina quem é ou não trabalhador, e trabalhador produtivo, posto que não se trata de uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais (escapando, assim, da imediatividade da percepção prática e do senso comum) e sim de uma “economia” (e o próprio termo “economia” tende a apagar a vida social que a constitui) cujo fito é a própria produção de valor, sob qualquer forma”. (FONTES, 2010, p. 43).

não somente aumenta a capacidade intensiva e expansiva predatória dos barcos pesqueiros, como também permite um processo de concentração de capital. Outros desdobramentos desse processo também incluem a elevação dos custos de equipamentos mais modernos e tecnológicos, o aumento da perecibilidade de outros equipamentos mais baratos e a prevalência de uma mentalidade competitiva por recursos pesqueiros. Tudo isso dificulta a permanência dos pescadores nas atividades de pesca artesanal e concentra a atividade pesqueira nas mãos de empresas capitalistas - sobretudo em países industrializados (DIEGUES, 1983). Importante destacar que a existência de cooperativas de pescadores artesanais constitui um modelo de resistência à voracidade da pesca industrial e garante a manutenção das famílias que dependem dessa atividade (MALDONADO E DOS SANTOS, 2006).

O processo de absorção de pescadores artesanais para trabalhar na pesca industrial não indica, no entanto, um processo linear de transformação da pesca artesanal em pesca industrial. Em muitos locais, ambos os formatos de pesca podem coexistir, apesar do que já foi mencionado sobre o processo de dominância global da pesca industrial sobre a pesca artesanal. Já em outras localidades marinhas, a estrutura geográfica (como exemplos podemos citar a extensão e a profundidade) pode dificultar a presença da pesca industrial. Isso não significa, no entanto, que o produto dessa pesca pertença em sua plenitude aos pescadores artesanais, pois ele pode ser apropriado a baixo custo por atravessadores ou empresas de pesca. (DIEGUES, 1983).

A pesca industrial localizada em alto mar também prejudica a pesca artesanal na costa e nas baías, pois reduz a quantidade de recursos marinhos disponíveis. Outro fator que não pode ser esquecido é a poluição gerada por esse formato de pesca, os dejetos lançados no mar ameaçam a sobrevivência dos organismos marinhos e prejudicam a saúde dos trabalhadores que entram em contato com a água contaminada (DIEGUES, 1983).

A partir de tudo que foi mencionado podemos compreender como a pesca artesanal funciona tanto como um grande arsenal de fornecimento de conhecimento, como também de técnicas (adaptadas à grande escala) e mão de obra para a pesca industrial. Com isso, o capital se apropria da produção pesqueira artesanal para sua própria expansão.

Mas não é apenas a pesca industrial que ameaça a permanência da pesca artesanal em regiões costeiras, outros fatores como dificuldade de acesso à praia, aumento do turismo e alternativas de emprego deslocam os pescadores para outras formas de trabalho que possam garantir sua subsistência. Em complementação a essa questão, o artigo de Garcez (2022) utiliza-se do conceito de expropriação para apreender a maricultura em sua totalidade enquanto expropriação de águas públicas (a autora analisa o espaço, o papel do Estado e dos agentes locais, além das mudanças ocorridas nas práticas produtivas e na sociabilidade características de determinada realidade).⁷

Segundo Fontes (2010), essa liberdade de escolha empregatícia tem um duplo caráter real e ilusório. É real pois representa necessidades próprias reais com as quais esses trabalhadores se defrontam (os seres sociais expropriados precisam objetivamente sobreviver em meio a lógica capitalista e, por isso, objetiva e subjetivamente, demandam empregos). E também é ilusória pois esconde certas condições de subordinação desses trabalhadores ao capital. A autora vai mais além:

Uma intensa e permanente produção de trabalhadores “livres” permitiu a constituição de um trabalho “abstraído”, genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital. A intensificação da produtividade tecnológica em determinados ramos de produção ocorreu historicamente, e segue ocorrendo, em paralelo ao reforço e recriação de formas aparentemente paradoxais, arcaicas, em outros planos e espaços sociais, que se conectam estreita e desigualmente com as primeiras (FONTES, 2010, p. 43).

Além disso, a transformação da terra em mercadoria e sua conseqüente procura intensa por especuladores faz com que os pescadores artesanais, antes moradores da beira da praia, tenham que decidir entre continuar com um trabalho de pesca pouco valorizado ou vender o terreno e migrar para o centro da cidade ou outros locais (DIEGUES, 1983).

A concentração de opressões a que são submetidos os pescadores artesanais não pode nos deixar indiferentes. Segundo Fontes (2010, p. 45), “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”. Quando consideramos os pescadores como sujeitos construtores de sua própria história e não apenas como objetos de pesquisa,

⁷ A pesquisa foi realizada tendo como estudo de caso o bairro Caieira da Barra do Sul, pertencente ao distrito Ribeirão da Ilha (Florianópolis – SC).

percebemos que com o processo de desaparecimento da pesca artesanal, não são apenas as técnicas de captura que desaparecem, mas sim toda uma forma de organização da produção no espaço litorâneo. Não é apenas uma forma de pescar que se desestrutura, mas sim uma forma de existência cheia de espiritualidade, festividades, histórias de vida e saberes biológicos e sociais.

A formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais

Quando, no entanto, passou a visitar os moradores em seus casebres e ranchos, veio o horror: descobriu “os quadros de miséria e de dor que a vida ia manchando, a largas pinceladas, por essas praias a dois passos da civilização, do conforto e da fraternidade social de Florianópolis”. Eram pescadores pobres, trabalhando com redes alheias, recebendo em troca peixes e alguns trocados e só comendo quando iam para o mar. Más temporadas equivaliam a passar fome, porque os donos das vendas fechavam o crédito, colocando o homem, a mulher e a prole na mais pura indigência (SILVA E SCHMITZ, 2018; p. 113).

O trecho acima, retirado do livro *Rancho de pescador na ilha de Santa Catarina* (2018), faz referência a obra de Othon d'Eça, *Homens e Algas* (1957), na qual o autor narra de forma sensível, mas não romântica, o que vivenciou enquanto morador sazonal de Coqueiros (bairro de Florianópolis). É com esse trecho em mente que iniciamos nossa discussão sobre os processos de consciência, retomando aquilo que foi elaborado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2018), a saber, que o primeiro pressuposto da existência humana é o de que os seres humanos precisam viver - e para isso precisam de alimento, moradia, entre outras coisas – para estarem em condições de construir história. Nesse sentido, o primeiro ato histórico seria a produção dos meios que possibilitam aos seres humanos satisfazer essas necessidades básicas. Para estes autores, “a primeira coisa a se fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX E ENGELS, 2018, p. 33).

Mas o processo não se encerra por aí, pois a satisfação de necessidades – e isso inclui o próprio ato e o instrumento necessário já adquirido para a satisfação – conduz e produz novas necessidades, que também constituem atos históricos. Marx e Engels (2018) acrescentam a esses processos a questão da procriação humana, que constitui relação entre os seres humanos, e se organiza na forma da ‘família’. Essas relações sociais familiares também se alteram conforme as necessidades dos

seres humanos aumentam e assim, criam relações sociais que devem ser tratadas conforme a realidade concreta existente.

A produção da vida – tanto no trabalho quanto na procriação – constitui relação dupla – natural e social – e determinados modos de produção estão relacionados com determinados modos de cooperação. Daí decorre a necessidade de compreender os elementos sociais em conexão com o desenvolvimento da indústria e das trocas (MARX E ENGELS, 2018).

A partir desse momento de compreensão das relações históricas originárias, chegamos em um ponto chave: os seres humanos são dotados de consciência. E, para Marx e Engels (2018) essa consciência, que também é um produto social, se desenvolve conforme crescem as necessidades humanas, conforme aumenta a produtividade e conforme cresce a população. Aqui, relembremos a importância que esses autores dão à realidade concreta, ao “solo da história real” (p. 43) sobre o qual sempre devemos permanecer para compreender os movimentos do real. Entendemos, em plena concordância com Marx e Engels (2018, p. 94), que “a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Para compreendermos os movimentos da consciência, devemos, portanto, partir da práxis material.

É com esse arcabouço teórico que partimos agora para a discussão de quais especificidades a vida material dos pescadores artesanais nos revela em relação a sua consciência de classe. Para Diegues (1983), o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais é alcançado através das diversas formas de organização de produção nas quais os pescadores estão inseridos. É segundo esse grau de desenvolvimento que os pescadores artesanais irão explorar os ecossistemas conforme sua necessidade. O autor constata que, historicamente, em certo nível, existe correlação entre a fase de desenvolvimento das forças produtivas sociais e o ecossistema explorado, além da dimensão em que esse ecossistema será explorado. Ou seja, um pequeno pescador com condições técnicas e de conhecimento para pescar em estuários não consegue, com essas condições, pescar em águas oceânicas abertas. O autor também cita como exemplo a região sul do Brasil, que possui uma plataforma continental larga e plana, a qual favorece o uso de técnicas de arrasto de fundo.

Nesse sentido, o conhecimento de um pescador experiente vai muito além do saber-fazer, ele se traduz em sabedoria, sabedoria sobre como, onde e quando utilizar um apetrecho de pesca e sabedoria sobre o ritmo e os ciclos dos organismos que o cercam. Essa sabedoria vai além da própria experiência de pesca, ela é adquirida através do contato com os mais velhos, indo pescar em conjunto, ouvindo e aprendendo. O autor acrescenta como nas áreas estudadas a consciência da exploração a que os pescadores estavam submetidos terminava na pessoa do atravessador ou do dono do mercado para os quais os animais pescados eram vendidos. No entanto, o desaparecimento dessas figuras individuais não faz desaparecer os processos de exploração aos quais estão submetidos esses pescadores artesanais. O principal inimigo desses trabalhadores é a organização estrutural do capitalismo, e não comerciantes individuais (DIEGUES, 1983).

Para complementar nossa discussão em relação à consciência, apoiamo-nos no artigo *Saberes do trabalho da pesca como instrumento de consciência de classe entre juventude no contexto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cameté de Valente*, Martins e Rodrigues (2018). Acreditamos que esse artigo traz elementos essenciais para compreender a formação humana no contexto da pesca artesanal na medida em que objetivou analisar os saberes do trabalho da pesca na formação de uma consciência de classe para si na juventude envolvida com o mundo da pesca e destacou como os jovens adquirem os saberes pesqueiros através da tradição familiar. Estes saberes pesqueiros modificam-se conforme são repassados através das gerações pois não são estáticos, mas sim, cumulativos, dinâmicos e empíricos, evoluindo a cada passagem.

Para além dos saberes tradicionais, os autores também destacam os saberes escolares e os saberes sociais. Estes saberes sociais não apenas servem para resolver problemas que surgem no ato laborativo, mas também servem como elementos que possibilitam uma práxis revolucionária, pois podem fazer com que os trabalhadores identifiquem angústias e dificuldades em suas vidas e com isso denunciem uma realidade opressora a que estão submetidos. É através dessa denúncia, possibilitada pelos saberes, que os trabalhadores vão formando sua consciência de classe. Nas palavras dos autores:

Assim, o saber do trabalho da pesca, é construído e reconstruído para dar conta de problemas imediatos que se apresentam no decorrer das atividades laborais. Entretanto, o saber também pode ser a força

motriz, para que aconteça a transformação da sociedade, uma vez que o saber denuncia a realidade e faz com que o jovem tenha uma atitude questionadora diante da realidade que o cerca, e assim, pode contrapor-se a lógica estrutural da sociedade vigente. (VALENTE, MARTINS E RODRIGUES, 2018, p. 257).

Os saberes sociais são fruto da materialidade histórica vivenciada pelos jovens pescadores e é a partir do desenvolvimento da consciência de classe que esses trabalhadores buscam melhorias de vida que amenizem os problemas característicos de sua realidade – essa busca pode ser voltada para a escolarização ou qualificação profissional. Para além da denúncia da realidade, os saberes também podem contribuir para uma maior organização social dos pescadores artesanais (VALENTE, MARTINS E RODRIGUES, 2018).

Iasi (2013) acrescenta outra categoria essencial para compreendermos o movimento da consciência da classe trabalhadora em nossos estudos: a categoria de ideologia. Baseando seus escritos em produções marxianas, Iasi (2013) destaca como os trabalhadores sofrem imposições ideológicas (ideias, valores, formas de pensar) por parte das classes dominantes que, conseqüentemente, acabam por constituir também sua visão de mundo. No entanto, o autor nos relembra que essa ideologia, que se coloca como dominante, é dominante pois pertence à classe dominante – que só o é porque se insere como tal nas relações sociais de produção historicamente determinadas (IASI, 2013, p.70). Portanto, faz-se necessário uma mudança estrutural, uma mudança nas relações sociais de produção, afinal, elas são a base real de toda expressão ideológica:

O proletariado não vive em outras relações, ele vive nas relações constitutivas do capital. Portanto, a primeira expressão de uma consciência social, que os trabalhadores tomam como sua, é a expressão das relações que eles compartilham com a burguesia na existência mesma da sociedade capitalista, na sua imediatez (IASI, 2013, p. 72).

Os seres humanos que constituem as classes sociais são seres sociais em movimento, cheios de contradições. Os processos que envolvem sua consciência devem, portanto, ser compreendidos na totalidade de suas relações sociais. A classe trabalhadora é uma classe da ordem do capital e expressa em sua consciência não só elementos que vão ao encontro dessa ordem, mas também elementos que entram em choque e vão de encontro com essa mesma ordem. É esse movimento da classe trabalhadora que, descrito por Mauro Iasi em palavras hegelianas, “leva da

consciência em si à consciência para si” (IASI, 2013, p. 74). De acordo com Iasi (2013, p.76), “a crise da forma de consciência imediata dos trabalhadores se dá na vivência das contradições do real” e “se isso é verdade a superação só pode se dar por uma contradição no campo dessa vivência, no cotidiano”.

Considerações finais

Impactos socioambientais e adversidades relacionadas à alteração significativa do modo de vida fazem com que os pescadores artesanais enfrentem dificuldades na realização de sua atividade e na sua reprodução social enquanto grupo. Afinal, as transformações econômicas e sociais influenciam na maneira como os seres humanos se relacionam com e se apropriam da faixa costeira. Poucos investimentos são direcionados por parte de instituições governamentais à manutenção da pesca artesanal, pelo fato dela ser realizada em baixa escala e não gerar tanta acumulação de capital quanto a pesca industrial. No entanto, as discussões acerca da apropriação pelo capital do mais-valor gerado pelos trabalhadores nos processos produtivos da pesca e a assimetria de poder existente entre esses sujeitos de classes distintas se tornam inviabilizadas na medida em que o problema é posto como uma questão de quantidade e não de qualidade.

Procuramos com nosso trabalho demonstrar as contribuições que o pensamento marxista pode trazer para o debate dos conflitos socioambientais relacionados às comunidades pesqueiras, visto que as problemáticas ambientais constituem tema atual e de necessidade urgente de discussão. Demonstramos isso a partir da adoção das categorias trabalho e expropriação e o conceito de consciência de classe como centrais no entendimento dos processos relacionados à pesca artesanal. Afinal, mais do que nunca se faz necessário compreender essas questões sob a perspectiva da totalidade e da contradição.

Ao nosso ver, a resolução desses conflitos não passa apenas por uma maior participação dos pescadores artesanais em discussões legislativas ou de fiscalização, mas também passa por analisar, questionar e problematizar o modo de produção capitalista como um todo. Afinal, as comunidades de pescadores artesanais são as que mais sofrem com uma maior poluição das águas - tanto por dejetos da pesca industrial quanto por falta de tratamento de esgoto nos municípios – e a conseqüente depleção de recursos pesqueiros.

Os impactos das expropriações originárias e contemporâneas sobre os trabalhadores da pesca artesanal, tratados neste artigo, podem ser reconhecidos com a diminuição e quase extinção da pesca artesanal em Florianópolis. Foi possível constatar, a luz da fundamentação teórica aqui desenvolvida, algumas causas dessas expropriações, como: a expansão imobiliária e turística, a ampliação da exploração industrial e comercial dos oceanos, a desigualdade de acesso à ciência e tecnologias voltadas a pesca, a desigualdade de tratamento legal entre pesca artesanal e industrial, ou seja, a subsunção da pesca artesanal a lógica capitalista, pela articulação do desenvolvimento desigual e combinado.

Os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais são urgentes, uma vez que as organizações existentes são cooperativas, associações e sindicatos, que são poucos disputados e estão numa lógica assistencialista, com baixa participação, pois a organização do trabalho artesanal e familiar limita as possibilidades coletivas.

Devido às limitações temporais e também aos objetivos e caráter de nosso estudo, não nos aprofundamos em questões também importantes como as relações atuais existentes entre a pesca artesanal e a aquicultura. Novas pesquisas, portanto, podem ser realizadas com vistas a compreender essas novas formas de expansão produtiva/destrutiva do Capital sobre a pesca.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastramento e recadastramento de pescador profissional**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/cadastro-registro-e-monitoramento/cadastramento-e-recadastramento-de-pescador-profissional>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal**: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense. 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - UFSC, Florianópolis.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antônio. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 15-33, dez. 2011.

CATÃO, Brisa e BARBOSA, Gabriel Coutinho. Botos bons, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 69, p. 205, 27 abr. 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DOS SANTOS, M. P. et al. A pesca enquanto atividade humana: pesca artesanal e sustentabilidade. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 405-427, 2012.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Pescadores artesanais recebem capacitação sobre GPS para Navegação**. Florianópolis, SC: Prefeitura de Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=18989>>. Acesso em 30 de abril de 2022.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GARCEZ, C. S. M. Maricultura e a expropriação de águas públicas. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, n. 2, p. 21-34, 11 jul. 2022.

HÜBNER, Juliana Conti et al. Conflitos Ambientais Relacionados à Pesca Artesanal na Zona Costeira Brasileira. **Arquivos de Ciências do Mar**, [S.L.], v. 53, p. 43-51, 2021.

IASI, Mauro. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. **Perspectiva**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 67-83, 4 nov. 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALDONADO, F. e SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, p. 323-333, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Outubro**, [S.L.], n. 21, p. 84-117, 2013.

OLIVEIRA, Franscico. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

SCHNEIDER, Matheus Eduardo. **Crítica às ciências oceânicas para o capital**: um estudo inicial a partir da All-Atlantic Ocean Research Alliance. 2022. 82 f. TCC (Graduação em Ciências Biológicas) - UFSC, Florianópolis.

SILVA, Danísio e SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Rancho de pescador na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Vitelli Publisher, 2018.

WALTER, T.; UMPIERRE, M.B.; Verly, J.F. & LONGARAY, A.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma leitura sobre os(as) pescadores(as) artesanais enquanto sujeitos do processo educativo, p. 714-726. In: **Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental** – EDEA: Educação Ambiental como Espaço de Resistência. Rio Grande/RS: Editora FURG, 761 p., 2018.

VALENTE, Anderson; MARTINS, Egídio; RODRIGUES, Doriedson. Saberes do trabalho da pesca como instrumento de consciência de classe entre juventude no contexto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá, p. 251-261. In: **Anais do XVIII Encontro D@S Estudantes De Pedagogia**. Cametá/PA: Editora UFPA, 2018.